

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2015, EM SUMARÉ – SP.

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, às nove horas e trinta minutos (09h30min), em segunda e última convocação, de acordo com o disposto no Estatuto Social da entidade, com a presença de dezesseis convidados, representando quinze empresas / entes, realizou-se Assembleia Geral Ordinária do Sindicato da Indústria de Mineração de Pedra Britada do Estado de São Paulo – SINDIPEDRAS, no Hotel Fildi – Rodovia Anhanguera 114, Sumaré – São Paulo, para tratar dos seguintes assuntos em pauta, conforme Edital de Convocação: 1.) Aprovação das despesas e do balanço patrimonial referente ao ano de 2014; 2.) Renovação do Convênio ICMS – redução da base de cálculo da brita; 3.) Convênio de Parceria com a Tracbel / Michelin para as empresas associadas; 4.) Outros assuntos de interesse geral. A mesa diretora foi composta pelo Vice-presidente do Sindipedras, Antero Saraiva Jr que presidiu os trabalhos. Inicia agradecendo a Tracbel / Michelin pela acolhida e em seguida apresenta o balanço patrimonial da entidade, exercício 2014, prestando esclarecimentos sobre as despesas incorridas. Colocando para aprovação, as despesas e o balanço patrimonial, foram aprovadas por unanimidade. Em seguida explicou sobre a renovação do Convênio do ICMS que reduz a base de cálculo para apuração do imposto devido. Explicou que o convênio vigia até 31.02.2015 e que foi prorrogado até 31.12.2015. Destacou que a entidade está acompanhando a questão de perto. Em seguida, passou a palavra ao representante da Tracbel, Ricardo Rodrigues, fez uma rápida apresentação da empresa explicando algumas alternativas de negócios e o trabalho da empresa na venda e pós-venda. Segundo ele, a Tracbel se destaca pela

prestação de serviços para máquinas e equipamentos pesados. Sobre a parceria firmada com a entidade, sobre oferta de pneus em condições diferenciadas, melhores preços, prazos e atendimento pós-venda. Explicou e passou vídeo – disponibilizado para o Sindipedras - sobre teste realizado com acompanhamento da Fundação Vanzolini que comprova a redução de consumo de combustíveis e o aumento da produtividade quando da utilização dos pneus Michelin (marca da qual a Tracbel é representante). Esclarecida a questão da parceria o presidente Antero iniciou apresentação de slides sobre as ações que têm norteado os trabalhos das entidades Apepac, Sindareia e Sindipedras, unindo esforços e buscando melhores resultados. Lembrou que maior envolvimento das empresas associadas, bem como, novas filiações trarão maior força de representatividade ao segmento de agregados. Aproveitando o quórum presente submeteu a proposta de se ter uma faixa inicial diferenciada para empresas que queiram se associar ao Sindipedras e que não conheçam os trabalhos que a entidade realiza. Foi submetida e aprovada por unanimidade, mensalidade inicial e por seis meses de R\$ 1.158,00 (um mil, cento e cinquenta e oito reais), após este período as empresas serão direcionadas às faixas de contribuição correspondentes. Seguindo, o presidente passou a palavra para o vice-presidente do Sindareia e diretor titular do Departamento da Indústria da Construção (Deconcic) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Carlos Eduardo Pedrosa Auricchio, que destacou que o setor produtivo tem que se mobilizar para atuar junto ao setor público. Trazendo uma mensagem do presidente da Fiesp, Paulo Skaf, ressaltou a importância da regulamentação da terceirização para a indústria. De acordo com Auricchio, o apoio dos sindicatos para que atuem junto aos seus parlamentares na defesa da terceirização. Outra solicitação diz respeito ao Ajuste Fiscal. "O governo optou por aumentar juros e cortar investimentos, o

que não deverá obter apoio junto a classe empresarial". "Tivemos em seis meses 330 mil trabalhadores demitidos na construção civil. O cenário para o segundo semestre é ainda pior". O vice-presidente do Sindareia apresentou mais alguns números do mercado e ressaltou que a cadeia produtiva precisa convencer o governo a investir no setor da construção. Continuando os depoimentos o coordenador do COMIN - Comitê da Cadeia Produtiva da Mineração, da Fiesp, Eduardo Machado, explicou que o Comitê tem atuado alinhado com as entidades, e que a Federação acredita que a subsecretaria da Mineração precisa ser fortalecida e que é importante ter um fundo estadual para a mineração, já que a CFEM não é destinada à atividade. Informou que na próxima semana haverá uma reunião com o diretor geral do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), em Brasília, na qual será apresentada uma carta com as principais reivindicações do setor, elaborada pelo Comitê. "A Fiesp está muito empenhada em contribuir com o setor". Na sequência, a consultora, Sandra Maia, abordou o tema sustentabilidade. Ela destacou a proposta de criar um material, provavelmente uma revista, mostrando o setor do ponto de vista da sustentabilidade, como fonte para apresentações aos órgãos públicos. Para tanto já entrou em contato com um profissional com amplo conhecimento do setor, que terá como função captar cases de sucesso que serão retratados no material. O consultor Osni de Mello, pedindo a palavra, comentou sobre viagem à Itália, feita a convite da Sandvig e Ma-estro, com objetivo de conhecer o sistema de automação de britagem e peneiramento. Ele explicou o sistema, suas vantagens e desvantagens e como as pequenas empresas se uniram para utilizar um único laboratório para análise granulométrica. Na etapa final da assembleia o consultor jurídico Marco Mendonça falou sobre a situação de sucateamento do DNPM e da proposta de criar uma Agência no seu lugar. Também comentou

sobre o andamento do Marco Regulatório da Mineração, lembrando que a Comissão que trata do tema foi reinstalada em função das eleições. Caberá a ela emitir parecer sobre o relatório final que será apresentado à Câmara e ao Senado. Inicialmente havia um prazo até o final de maio para a entrega, no entanto, o consultor jurídico das entidades não acredita que ele será cumprido. Para Mendonça existe uma preocupação com o fato do DNPM se transformar em Agência, pois caso não exista um repasse de verbas, a situação tende a continuar como está. Aproveitando a apresentação do consultor jurídico, o presidente da Associação Nacional das Entidades Produtoras de Agregados para Construção Civil (Anepac), Fernando Valverde explicou que uma Comissão de Deputados já solicitou verbas para o DNPM, sem sucesso. E que na reunião que a Fiesp fará com o diretor geral do DNPM, em Brasília, o tema voltará a ser abordado. Ele diz que uma possibilidade é que as entidades entrem em conjunto com uma ação na Justiça, para que o governo repasse a parte do dinheiro que é do DNPM. O Executivo da Apepac, Camilo de Lelis Arnaldi, encerrou a parte dos depoimentos sobre o Congresso promovido pelo Departamento da Pequena e Micro Indústria (Dempi), da Fiesp, realizado no dia 25 de maio. Na oportunidade o presidente Paulo Skaf ressaltou a necessidade de as empresas acessarem o site da entidade e votarem na pesquisa sobre a terceirização. Nada mais havendo a ser discutido, o presidente da mesa, agradecendo a presença de todos dá por encerrado os trabalhos às 12h45min convidando a todos para um almoço oferecido nas instalações da Tracbel. E, para constar, eu, _____ Camilo de Lelis Arnaldi, servindo como secretário, lavrei a presente ata que após ser lida e aprovada será assinada por todos. Visto _____ Antero Saraiva Junior – Vice-presidente.